

EIXO CAPITAL



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

@xuxameneghel



Presidente do Republicanos: "Quem é Xuxa para atacar Damares?"

O presidente do Republicanos-DF, Wanderley Tavares, saiu em defesa da senadora eleita do DF, Damares Alves, de seu partido, contra o pedido de cassação do mandato antes da posse, feito pela apresentadora Xuxa Meneghel. A ex-rainha dos baixinhos é uma das autoras de uma petição com 500 mil assinaturas contra Damares, pelas declarações relacionadas à denúncia feita pela ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, em uma igreja em Goiânia. Damares disse ter descoberto que "crianças brasileiras, de três, quatro anos, que quando cruzam as fronteiras sequestradas, os seus dentinhos são arrancados, para elas não morderem no sexo oral" e que só "comem comida pastosa para o intestino ficar livre na hora do sexo anal". Tavares revidou atacando Xuxa. "Quem é Xuxa para atacar Damares Alves? Uma ex-atriz que contracenou nua em cena de sexo com menor de idade."

Arthur Menescal/Esp.CB/D.A Press



Mais apoio

O deputado reeleito Júlio César Ribeiro (Republicanos-DF), que tem base eleitoral entre evangélicos da Igreja Universal, também mirou Xuxa: "Já que Xuxa se auto define como a 'rainha dos baixinhos', deveria utilizar seu rótulo para auxiliar no combate aos crimes contra crianças. Damares foi corajosa em denunciar o tráfico sexual infantil e o processo de erotização de crianças que a própria Xuxa conhece tão bem".

Michael DANTAS / AFP



A rainha da polêmica

O mandato de Damares Alves no Senado deverá ser carregado de polêmicas. Nem assumiu o cargo ainda, e a ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos envolveu-se na controvérsia denúncia de abuso sexual de crianças no Marajó, uma suspeita não comprovada, que ela mesma diz que só ouviu falar. Como tem a cara do bolsonarismo, Damares será muito atacada pelos adversários e críticos do presidente e defendida pelos discípulos de Bolsonaro. Não passará incólume. Vai deflagrar muitos embates. Desta vez, já puxou um time de críticos, com força para viralizar, liderado pela apresentadora Xuxa Meneghel, que virou alvo dos bolsonaristas nas redes sociais. Está sendo bombardeada.

"É preciso estar atento aos sinais. O apoio maciço de presos e de chefe de facção ao Lula não é mera admiração. Eles sabem que o PT no poder representa vida boa para o crime. E essa é a fórmula perfeita para a violência voltar a crescer, porque bandido só respeita o que teme"

Presidente Jair Bolsonaro

"O atual presidente mente muito. Muitas vezes ele não está fazendo nada. Mente porque acha que as pessoas são bobas. Desde que começou o 2º turno, estou levando para cada Estado os números do que fizemos. Antes de deixar a presidência eu protocolei todos esses números em cartório"

Ex-presidente Lula

SÓ PAÇOS

Wanderley Tavares compara Damares a João Batista

Wanderley Tavares critica o pedido de cassação da senadora eleita antes mesmo da posse: "Querem cassar Damares, como caçaram João Batista. Estão querendo empalhar sua cabeça e apresentar numa bandeja, expondo-a como um troféu, como se fosse um animal. Se com os animais tal ação é crime, imagine com uma senadora eleita pelo voto popular".

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Filme pornográfico

A deputada Júlia Lucy (União) também saiu em defesa de Damares Alves e mirou Xuxa. Nas redes sociais, a distrital postou: "Xuxa gravou *Amor estranho amor*, um filme pornográfico, com um jovem de 12 anos, na década de 1980. Agora, a 'rainha dos baixinhos' tenta criar uma onda contra a nossa Senadora Damares Alves porque se pronunciou quanto ao abuso sexual das crianças da Ilha do Marajó".

Possível candidato

O superintendente regional do Sebrae, Valdir Oliveira, se aposentou do Banco do Brasil, depois de 30 anos de carreira. Deve concluir o mandato no órgão que comanda e, nos próximos anos, mergulhar em estudos, debates, conversas e interlocuções. Nasce um possível candidato para 2026 ao Palácio do Buriti.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Vida que segue

Nesta semana, o deputado distrital Leandro Grass (PV), ao reaparecer no plenário, pela primeira vez depois das eleições, fez um balanço de sua campanha ao GDF. Grass registrou um agradecimento aos 434.587 votos na disputa ao Palácio do Buriti. Também reconheceu e parabenizou o governador Ibaneis Rocha (MDB) pela vitória no primeiro turno.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

VIOLÊNCIA DE GÊNERO / Projeto Consinto porque existo voltado para autores de importunação, sem o uso de violência, contra vítimas maiores de 14 anos, passa a ser usado pelo Ministério Público do Distrito Federal

Educação contra crimes sexuais

» LUCIANA DUARTE*

Desde que a importunação sexual passou a ser crime, em 2018, foram contabilizados 1.423 casos no Distrito Federal. Só este ano, a Polícia Civil do DF registrou 304 ocorrências de mulheres relatando terem sofrido investidas de caráter sexual sem o consentimento. Apesar da média ser de um caso e meio por dia, estima-se que o número pode ser ainda maior, uma vez que a lei é recente e, aos poucos, as mulheres estão entendendo o caráter criminoso da prática.

Situações como beijos roubados, toques em partes do corpo sem consentimento e outros comportamentos praticados como forma de satisfazer o desejo sexual próprio, sem que haja consentimento da vítima, são crimes de importunação sexual. No DF, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública (SSP), mais de 90% das vítimas são mulheres importunadas principalmente em bares, transporte público e, na maioria das vezes, dentro de casa.

Situação vivenciada por Milena Martins, 28 anos, moradora no Riacho Fundo I. Diariamente, a vendedora usa o transporte público e narra situações de

constrangimento sexual vividas no coletivo, como homens roçando as partes genitais nela ou encostando quando ela estava em pé. "Na primeira vez, eu não acreditei no que estava acontecendo. Pedi para o homem se afastar, mas ele continuou. Precisei pedir ajuda ao cobrador, que mandou o homem parar", conta. Desde então, a moça evita os assentos do corredor, ou lugares ao lado de homens. Outra estratégia, é viajar perto da porta, quando ela não consegue um lugar para sentar, assim a jovem pode descer com facilidade, caso sinta-se ameaçada.

Sensibilização

Parte da consciência dos crimes contra a dignidade sexual ocorre por meio de campanhas e ações informativas de órgãos públicos. Recentemente, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) desenvolveu o curso Consinto porque existo, que busca uma mudança cultural para diminuir esse tipo de ocorrência. O material é empregado como parte da responsabilização dos autores de crimes sexuais praticados sem violência ou grave ameaça contra pessoas maiores de 14 anos.

Divulgação MPDFT



Promotora de Justiça Mariana Távora: criminalizar não é suficiente

O programa, de caráter educativo e psicossocial, é composto por cinco vídeo aulas e foi elaborado para casos em que for possível suspender o processo. Segundo assessoria do MPDFT, as aulas estão disponíveis no formato de Ensino a Distância (EaD) e serão empregadas quando no caso couber Acordos de Não

Persecução Penal (ANPP) e Suspensão Condicional do Processo — acordos feitos na justiça, nos quais a pena de prisão é substituída por uma pena alternativa.

A medida pedagógica também pode ser usada durante o cumprimento da pena. Mas, como o principal objetivo é refletir sobre o que é consentimento,

a ação não é direcionada para condutas criminosas praticadas contra crianças e adolescentes menores de 14 anos.

Paola Luduvica, supervisora técnica do projeto, explica que o curso nasceu de uma inquietação causada por processos arquivados e penas que não traziam reflexão sobre o delito, deixando o criminoso impune e com potencial para delinquir novamente. "A criminalização não é suficiente. É preciso fazer com que o indivíduo entenda como a cultura social constrói o conceito de masculinidades e fomenta a violência de gênero", afirma.

No final do mês de setembro, membros e servidores do MPDFT foram preparados para utilizar o material do Consinto porque existo, que passa a ser utilizado neste mês de outubro. Com uma linguagem simples e direta, a medida alternativa foi formulada para ser compreendida por pessoas de qualquer nível de instrução, inclusive as não alfabetizadas. Os vídeos têm duração entre 10 e 20 minutos e abordam conceitos que envolvem a violência contra a dignidade sexual mediante exemplos, que facilitam o entendimento.

Com o objetivo de promover a empatia, o impacto na vida

da vítima também está presente na abordagem mostrando que a conduta, além de criminosa, pode trazer consequências cruéis para quem sofre. A promotora de justiça Mariana Távora, uma das idealizadoras do projeto, esclarece que "é o início de um processo de reflexão. Os autores deste tipo de crime precisam compreender que a violência de gênero está na base da sociedade e contamina a vida social, comunitária e política", explica.

A proposta do MPDFT vai ao encontro da evolução do direito penal e do reconhecimento de que as penas privativas de liberdade não são suficientes para promover a mudança social desejada, principalmente quando o crime envolve práticas recorrentes. O especialista em Direito Criminal do Ceub Victor Quintiere discorre sobre o tema, principalmente, pela falta de vagas no sistema prisional. "É importante que, em termos de política criminal, possamos tratar de maneira mais eficiente a questão da criminalidade, principalmente em um país com uma das maiores populações carcerárias do mundo", argumenta.

*Estagiária sob a supervisão de Juliana Oliveira